

CURSO SOBRE CONCESSÕES POR MEIO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS – PPP

NORMAS GERAIS PARA LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO - LEI Nº 11.079, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004

email: contato@consultorc.com.br

1 – OBJETIVO

O curso tem como objetivo a capacitação e atualização acerca das normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública, de forma a resguardar e adequar os procedimentos licitatórios e gestão das parcerias público-privadas.

2 - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º DIA

1º Módulo

- Apresentação
- Abordagem e análise dos princípios constitucionais da Administração Pública
- Evolução histórica das parcerias público-privadas
- Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Demais normas aplicáveis às licitações e contratações de parceria público-privada.
- Contrato administrativo de concessão
- Modalidades: Concessão Administrativa e Concessão Patrocinada
- Concessão comum
- Vedações para a celebração de contrato de parceria público-privada
- Diretrizes para a contratação de parceria público-privada

2º Módulo

- Procedimento licitatório
- Fase interna – Elaboração de estudo técnico: Análise da demanda, dimensionamento da oferta, projeto básico de engenharia
- Impacto orçamentário – financeiro
- Estimativa de fluxo de recursos públicos

- Consulta pública- Licenciamento ambiental
- Elaboração do instrumento convocatório – cláusulas necessárias
- Possibilidade de inversão da ordem de habilitação e julgamento
- Critérios de julgamento- Previsão de saneamento de falhas no edital
- Autorização legislativa
- Cláusulas obrigatórias / essenciais dos contratos de parceria público-privada
- Vigência contratual e prazo de amortização de investimentos realizados

2º DIA

3º Módulo

- Repartição de riscos
- Formas de remuneração e atualização
- Atualidade da prestação dos serviços
- Critérios para avaliação de desempenho do parceiro
- Garantias de execução
- Compartilhamento de ganhos
- Vistoria de bens
- Cronograma de repasses
- Atuação dos Tribunais de Contas – IN TCU nº 52/2007 – Fase licitatória

4º Módulo

- Cláusulas facultativas
- Requisitos e condições para transferência de controle ou administração temporária da sociedade de propósito específico
- Emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto
- Indenização por extinção antecipada do contrato
- Formas de contraprestação da Administração Pública

3º DIA

5º Módulo

- Remuneração variável vinculada ao desempenho do parceiro
- Formas de prestação de garantias por parte da Administração Pública
- Sociedade de propósito específico

- Decreto nº 5.385, de 4 de março de 2005
- Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal – CGP
- Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas – FGP
- Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S/A - ABGF

6º Módulo

- Gestão contratual: acompanhamento e controle
- Gestão de risco
- Gestão de desempenho
- Gestão de ativos - Gestão de relacionamento - Gestão de pagamentos
- Atuação dos Tribunais de Contas – IN TCU nº 52/2007 – Fase Contratual
- Medida Provisória nº 786/2017
- Estudos de casos concretos

3 – METODOLOGIA

O curso está organizado em seis módulos, com duração de três dias (manhã e tarde) o qual será ministrado em aulas expositivas, com material didático disponibilizado pelo instrutor.

4 - LOCAL E INFORMAÇÕES

O curso será realizado no local e período a combinar, totalizando 24 horas/aula.

5 – INSCRIÇÕES

Deverão ser feitas diretamente pelo e-mail contato@consultorc.com.br.

6 – REQUISITOS

Servidores, empregados públicos e demais interessados em parcerias público-privadas celebradas mediante concessões, que desejem conhecer e aprofundar conhecimentos sobre o tema, em especial a realização da licitação, a celebração e a gestão de contratos de concessão.